

## COMENTÁRIOS

### Estudo das Relações entre Cidade e Região \*

ROBERTO LOBATO CORRÊA  
Geógrafo do IBG

A cidade vista como um organismo funcional, mantém relações com um espaço maior e exterior a ela, a sua região, constituída por áreas rurais e por outras cidades menores. Neste sentido a cidade é o ponto focal de fluxos econômicos, vivendo seus habitantes “da projeção em suas diversas partes, de atividades externas que nascem ou se manifestam exteriormente”.<sup>7</sup>

As relações entre cidade e região não se processam com a mesma intensidade nem do mesmo modo, variando segundo cada época e as sociedades, conforme mostra, entre outros, CHARRIER<sup>4</sup>. No entanto, num esforço de síntese, como fez GEORGE<sup>10</sup>, pode-se apontar em suas linhas gerais essas relações, lembrando, porém, que refletem uma visão cidadina do problema. Essas relações são as seguintes:

- I) A atração da cidade sôbre a população regional.
- II) A drenagem pela cidade da renda fundiária.
- III) A comercialização pela cidade dos produtos da economia rural.
- IV) A distribuição pela cidade de investimentos e trabalho.
- V) A distribuição pela cidade de bens e serviços.

Em outros termos, as relações entre cidade e região podem ser resumidas em dois grandes tópicos, a saber: a cidade e as atividades de produção da região; e a cidade e a vida de relações regionais, e em ambos os casos, essas relações devem-se traduzir em fluxos de dupla direção.

Diversos estudos mostraram que as diferentes combinações e especificidades regionais das relações, apontadas acima, levam a um duplo resultado que sintetiza o conjunto das relações cidade-região: a cidade é um espelho de sua região, ou então a região é o resultado de uma ação motora por parte da cidade. Assim, Libreville no Gabão, estudada por LASSERRE<sup>16</sup> encontra-se no primeiro caso, enquanto a região de Lyon foi forjada pelos capitais da burguesia de Lyon, conforme mostra LABASSE<sup>14</sup>. Outros autores, como JUILLARD<sup>12</sup>, falam que os resultados das relações cidade-região podem se traduzir em “dependência, complementação ou concorrência” entre ambas, ou ainda, “numa escala mais vasta, os resultados mostram as relações entre duas formas de civilização”, a cidade e o campo.

Para se chegar a tais resultados, torna-se necessário um estudo de cada uma das relações apontadas acima. A análise inclui, necessariamente, um amplo estudo sôbre as etapas e os processos da elaboração do quadro regional, seja de “per si”, mas sobretudo visando conhecer as formas de relações herdadas do passado e suas implicações no quadro regional atual.

Baseado na experiência de trabalho que o Setor de Geografia Econômica da Divisão de Geografia tem passado desde fevereiro de 1968, estudando as relações cidade-região no Sudoeste paranaense, indicaremos algumas sugestões de ordem

\* Apresentado na 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Geografia e Cartografia realizada no Rio de Janeiro (GB), de 23 a 30 de setembro de 1968, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE.

metodológica, lembrando, porém, que a complexidade de cada uma das relações requer um longo trabalho interdisciplinar.

## I — *A Atração da Cidade sobre a População Regional*

É sabido que no mundo moderno as cidades apresentam-se com uma taxa de crescimento real superior àquela do crescimento vegetativo de sua população, resultante de um movimento migratório positivo das zonas rurais para as cidades. Trata-se, neste caso, de migrações definitivas no sentido de que o imigrante, estabelecendo-se na cidade, torna-se, num determinado tempo, um cidadão. Mas a cidade pode exercer uma atração temporária sobre parte da população regional, gerando uma corrente migratória de dupla direção durante um certo período. Trata-se neste caso de migrações temporárias. A cidade pode exercer também uma atração quotidiana, pois, moradores de sua periferia aí encontram um mercado de trabalho, tanto maior quanto maior for a cidade. Trata-se neste caso de migrações alternantes ou de trabalho (consulte-se sobre essas questões, por exemplo, as diversas comunicações apresentadas no colóquio "Villes et Campagnes" dirigido por FRIEDMANN<sup>9</sup>, incluídas nos tópicos: "Origines rurales du proletariat des grandes villes", e "Banlieues. Déplacements journaliers. Migrations de Travail").

Vejamos em separado cada uma dessas modalidades de atração de população pelas cidades.

### A) *As Migrações Definitivas*

Para um estudo geográfico das migrações definitivas, devem ser analisadas as seguintes questões:

- a) a origem da população urbana
- b) as causas do movimento emigratório
- c) as formas e etapas da emigração
- d) as conseqüências da atração urbana nas zonas de emigração
- e) as atividades dos imigrantes na cidade

Em relação à origem da população urbana, importa, inicialmente, saber a proporção de imigrantes na população das cidades, o que nos leva a uma diferenciação entre elas. Em segundo lugar, saber se a região de influência da cidade contribui demograficamente na formação da população cidadina, ou se, ao contrário, esta tem suas origens extra-regionalmente, como ocorre no Sudoeste paranaense, onde tanto a população da cidade de Pato Branco, como a de sua região de influência, é originária das zonas coloniais gaúchas e catarinenses. Naturalmente, importa saber qual tem sido a contribuição de cada área de fornecimento de população, bem como saber a época de partida dos imigrantes, segundo cada área de emigração, pois, em função das diversas conjunturas regionais, a época da emigração pode variar de área para área. Assim, na cidade de Pato Branco, entre os colonos de origem italiana, tudo parece indicar que os mais antigos sejam naturais da zona de Caxias do Sul, enquanto os mais recentes são naturais da zona do Alto Uruguai.

Essa diferenciação entre as áreas de fornecimento de população nos leva à questão das causas do movimento emigratório — crise do mundo rural em função do esgotamento dos solos, aumento da população rural e subdivisão fundiária, expansão de uma atividade menos exigente em mão-de-obra substituindo outra mais exigente, etc. — que não são necessariamente as mesmas, nem ocorrem na mesma época, segundo cada área de emigração. As causas de emigração do campo para a cidade podem estar ligadas em última análise, aos efeitos de uma ação cidadina, como por exemplo, com a inversão de capitais urbanos na

compra de terras e conseqüente modificação na utilização da terra. Assim, em relação às causas da emigração, deve-se analisar as possíveis causas internas, ligadas aos aspectos estruturais e dinâmicos das áreas de emigração, como também as possíveis causas externas, provenientes de uma ação cidadina.

A emigração do campo para as cidades pode se processar de diferentes formas e em várias etapas. Quanto à forma, a emigração pode se verificar através da saída de jovens do sexo masculino e solteiros, por exemplo, ou, ao contrário, através da partida de famílias inteiras. Quando às etapas, trata-se de se verificar se a emigração realizou-se diretamente, ou se se processou em etapas: da zona rural para uma pequena cidade, onde se deu a adaptação à vida urbana, e desta para a grande cidade. Assim, muitos comerciantes de Pato Branco foram inicialmente colonos na zona de Caxias do Sul, pequenos comerciantes na zona do Alto Uruguai e comerciantes importantes em Pato Branco, e a emigração se fez na forma de famílias inteiras — pais, filhos, tios e primos.

A emigração da população regional para as cidades pode aliviar as áreas de emigração de um excedente demográfico que, sem modificação das condições sócio econômicas, não teria possibilidade de permanência, sem afetar o nível de vida regional. Mas é possível que sérias conseqüências possam advir da emigração para as cidades, tais como, por exemplo, o “envelhecimento da população rural e a esclerose das estruturas agrárias”<sup>13</sup>, que a paisagem rural pode expressar, uma modificação na proporção de sexos e a perda de seus líderes e elementos empreendedores<sup>1</sup>. Deve-se também verificar como as atividades agrárias se adaptaram e essa nova situação, e como a diminuição da população, quer em termos quantitativos como qualitativos, afeta as relações comerciais do campo com a cidade.

Finalmente, estudando-se as atividades dos emigrantes na cidade, pode-se concluir se esta desempenhou e desempenha uma sã atração, ou se, ao contrário, trata-se de uma repulsão das zonas rurais, indo o fluxo emigratório terminar na cidade. As atividades dos imigrantes podem assim, ser a medida da integração do migrante no meio urbano, e geralmente vão se refletir no quadro interno da cidade. É necessário neste estudo saber em que época a cidade passou a receber e integrar os imigrantes, e desde quando a imigração transformou-se num fenômeno que causaria uma “inchação” urbana. É necessário para isso, analisar as atividades dos imigrantes segundo seu lugar de origem, sua situação sócio-profissional anterior, e a época de sua chegada.

## B) *As Migrações Temporárias*

Ao contrário das migrações definitivas, onde o imigrante pouco a pouco se torna um cidadão, as migrações temporárias, onde o migrante passa períodos regulares na cidade e no campo, podem estabelecer sólidos contactos entre a cidade e a zona rural, na medida em que hábitos urbanos vão-se transferindo pouco a pouco para as zonas rurais<sup>5</sup>.

Num estudo dessa natureza, se constata a existência dessa modalidade de migração, sugerimos a análise dos seguintes tópicos:

- a) lugar de origem dos migrantes
- b) a época da migração e suas relações com as atividades locais
- c) as atividades urbanas do migrante
- d) as conseqüências da migração temporária

Trata-se em primeiro lugar de se saber de que áreas são provenientes êsses migrantes, e desde quando teve início o movimento migratório. Em segundo lugar deve-se verificar a época da migração e relacioná-la com as atividades locais — em função do calendário agrícola, da paralização temporária de indústrias rurais, etc. As atividades urbanas dêsse tipo de migrante devem ser analisadas, procurando-se verificar como estão integradas na vida urbana e regional,

e como se relacionam com as atividades dos migrantes no local de origem. Finalmente deve-se analisar as conseqüências da migração temporária para as áreas de origem, quer dizer, quais são os resultados provenientes dos contactos estabelecidos — questão essa plena de dados sociológicos.

### C) *As Migrações Alternantes ou de Trabalho*

As migrações alternantes ou de trabalho têm suas causas gerais em função de três aspectos, a saber, conforme indica LAFERRÈRE<sup>15</sup>:

- a) aceleração e vulgarização dos transportes
- b) atração dos salários urbanos ou industriais sobre os jovens do campo
- c) penúria de habitação nas grandes aglomerações

A essas causas gerais deve-se pesquisar as causas específicas de cada região. Em realidade, um estudo dessa natureza deve comportar uma análise dos seguintes tópicos:

- a) origem dos migrantes (*commuters*)
- b) as causas do movimento migratório alternante
- c) as formas e os meios da migração
- d) as atividades dos migrantes
- e) as conseqüências do movimento migratório na periferia urbana

Sobre a origem dos migrantes tem de se verificar se são cidadãos que trabalham em indústrias implantadas na periferia, ou se, ao contrário, são trabalhadores que, residindo na periferia vão trabalhar na cidade — em termos práticos pode-se, neste caso, entender por periferia os municípios contíguos à grande cidade. É questão também de se verificar segundo cada lugar de origem dos “commuters”, o balanço migratório quotidiano (exemplo: 5 000 que partem e 2 000 que chegam).

As causas do movimento migratório devem ser analisadas enfocando-se o problema no lugar de residência e no lugar de trabalho. Neste estudo irá verificar-se o tipo de migrante segundo o sexo e a sua situação sócio-profissional, como também a época em que se iniciou essa modalidade de movimento migratório.

Quanto às formas e aos meios de migração propõe-se um estudo visando saber as horas de partida e chegada dos migrantes, e os meios de transportes utilizados, bem como o tempo gasto na viagem e custo dos transportes e alimentação face ao salário.

Deve-se analisar as atividades dos migrantes procurando-se distinguir e relacionar os locais de trabalho com os locais de residência, e os tipos de empregos.

Finalmente, trata-se de analisar as conseqüências do movimento migratório na periferia urbana, estudo êsse repleto de aspectos sociológicos, como por exemplo, “as incidências destes deslocamentos na organização da vida social e familiar”<sup>16</sup>. Algumas são essencialmente geográficas como os efeitos desse movimento no quadro e na paisagem agrária — vejam-se os estudos de HARTKE, comentados por ZINCK<sup>17</sup>.

Trata-se de verificar em que medida a atração urbana é um fator de esterilização dos campos na periferia urbana, gerando um “pousio social”, ou ainda, de se verificar se a atração da cidade se traduz no aparecimento de um gênero de vida misto na periferia urbana — aparecimento do “operário-agricultor”, que se desdobra em duas atividades, tendo o trabalho agrícola um aspecto de complementação da renda obtida na cidade. Finalmente, deve-se pesquisar como as atividades agrícolas se adaptaram face a essa nova condição dos agricultores.

## II — *A Drenagem da Renda Fundiária*

Diferentes estudos realizados em outros países mostraram, tanto no passado como no presente, o papel das cidades na drenagem da renda fundiária. Infelizmente, no Brasil êste tema tem sido negligenciado, e segundo um conhecimento empírico, parece-nos que êsse fenômeno se apresenta aqui com grande amplitude.

Segundo Dugrand — pode-se consultar um artigo específico sôbre êste tema<sup>8</sup> — um estudo dessa natureza comporta os seguintes tópicos:

- A) A Importância da Propriedade Fundiária Cidadina
- B) A Estrutura Interna da Propriedade Cidadina

Vejamos em separado cada um dos dois tópicos, e, posteriormente, um terceiro sôbre as conseqüências da drenagem da renda fundiária.

### A) *A Importância da Propriedade Fundiária Cidadina*

Neste primeiro tópico há necessidade de se verificar os seguintes itens:

- a) o número de propriedades e a área ocupada pelas propriedades cidadinas
- b) a época inicial da ação de drenagem e sua evolução

Assim, em primeiro lugar há necessidade de se saber, para cada município da região, o número de propriedades e a área ocupada por êsses proprietários citadinos. Nesse primeiro contacto global e espacial, ter-se-á uma visão da atuação dos centros como consumidores da renda fundiária à cidades que pouco ou nada participam dessa drenagem, enquanto outras atuam num ou noutro setor regional, outras ainda dominam todo o conjunto da região, ou, ao contrário, são cidades extra-regionais que drenam a renda fundiária. Dêste modo, saber-se-á quais as partes do território agrário que as comunidades rurais controlam.

Em seguida deve-se verificar a partir de quando começou a ação de drenagem pela cidade da renda fundiária, segundo cada setor regional, e segundo os diferentes motivos que deram origem a esta ação cidadina, bem como a sua evolução no tempo. Assim, por exemplo, nas proximidades de Pato Branco, zona de pequenos proprietários colonos, há casos recentes de inversão de capitais por parte de citadinos na compra de terras.

### B) *A Estrutura Interna da Propriedade Cidadina*

Neste tópico, segundo DUGRAND, deve-se analisar, em essência, os seguintes aspectos:

- a) os tipos de propriedades
- b) os métodos de utilização
- c) os tipos sociais dos proprietários

Quanto aos tipos de propriedades citadinas, dois aspectos devem ser distinguidos: de um lado o tamanho da propriedade (pequena e grande), levando-se em consideração os padrões regionais de dimensão, e sua repartição espacial. Em segundo lugar deve-se analisar os tipos de propriedades segundo a finalidade a que se destinam — propriedade de fim de semana, propriedade de prestígio, de especulação de terras, ou destinadas à obtenção de importante renda. Torna-se necessário verificar a distribuição espacial dêsses tipos.

Em relação aos métodos de utilização deve-se saber quais as atividades praticadas e como são praticadas — utilização da terra. Em seguida deve-se conhecer como é feita a gestão da propriedade: se através de visitas freqüentes, se o

proprietário reside no imóvel durante certo período do ano, na época da safra, por exemplo, se existe administrador e assalariados rurais, ou se, ao contrário, existem rendeiros ou parceiros. É necessário também relacionar a utilização de terra dessas propriedades com a organização agrícola das outras propriedades pertencentes aos agricultores; diferente utilização da terra; complementação da renda dos agricultores em trabalhos na propriedade citadina, etc.

Finalmente, será importante saber o tipo de proprietário rural citadino — proprietário tradicional cuja propriedade passa de geração a geração, ou proprietário recente, comerciante, industrial, profissional liberal da região, ou ainda, se os imóveis pertencem a empresas ligadas a grupos econômicos extra-regionais. Importa também, neste aspecto, conhecer as outras atividades dos proprietários citadinos e seu papel na política local e regional.

### C) *As Conseqüências da Drenagem da Renda Fundiária*

Ao se analisar a aplicação da renda fundiária, estamos iniciando a abordagem da verificação das conseqüências dessa ação citadina. A renda fundiária pode ser aplicada, ao menos em parte, na zona rural visando ao aperfeiçoamento técnico das atividades de produção, mas pode ser aplicada também nas cidades da região ou extra-regionais. Nestes casos é importante saber onde essa renda é investida: se na propriedade rural; em bens de consumo, muitas vezes de ostentação, em especulações imobiliárias citadinas; em atividades terciárias ou industriais. Em outros termos, trata-se de se saber que parte dessa renda permanece no local em que é produzida, e que parte é retirada para fora. Deve-se também comparar o nível de vida das populações trabalhadoras das propriedades citadinas, com aquele dos agricultores proprietários, e dessa comparação verificar as repercussões na vida de relações comerciais da cidade com o campo.

### III — *A Comercialização dos Produtos da Economia Rural*

Uma parte da produção rural pode ser utilizada no próprio local de produção para o consumo, mas sempre há uma parte que é colocada nos mercados consumidores externos à zona produtora, e entre os dois extremos do circuito o produto pode passar por intermediários que comercializam a produção. Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de se saber se o circuito comercial inclui intermediários, representados, via de regra, por citadinos, ou se, ao contrário, são cooperativas de produção e venda que se encarregam de colocar o produto no mercado, nesse caso ficando os centros urbanos excluídos das etapas intermediárias do circuito.

Porém, parece ser o mais comum a participação das cidades no circuito comercial, devendo-se analisar, portanto, o papel das cidades na comercialização dos produtos da economia rural, que é uma forma de drenagem de capitais da cidade sobre o campo.

Segundo DUGRAND, um estudo dessa natureza deve abordar os seguintes aspectos:

- A) Os Mecanismos Regionais da Comercialização
- B) A Estrutura das Empresas
- C) Os Tipos de Centros de Comercialização

#### A) *Os Mecanismos Regionais da Comercialização*

Neste aspecto deve-se analisar, inicialmente, os tipos de transações comerciais, e após, os tipos de comerciantes.

Em relação aos tipos de transações comerciais trata-se de se saber como é realizada a compra dos produtos da economia rural — os produtos têm preços

regulados oficialmente ou não, as formas de financiamento da produção e suas relações com a comercialização, se os produtos são comercializados na safra ou anteriormente, se o produtor recebe parte do pagamento em bens de consumo, etc. Em seguida deve-se saber quais os tipos de comerciantes que se ligam a essa comercialização — atacadistas compradores, atacadistas vendedores e distribuidores, proprietários de caminhões, organização governamental especializada, etc, naturalmente segundo cada produto e segundo cada área de produção. É preciso também conhecer o papel desempenhado pelos comerciantes na vida local e regional.

### B) *A Estrutura das Empresas*

Sobre a estrutura das empresas devem-se examinar aspectos relativos à implantação do equipamento comercial e aos tipos de empresas.

Em relação à implantação do equipamento comercial, trata-se de se saber a época de implantação do aparelho comercial na região em estudo e a evolução de seus negócios no tempo, no espaço e em relação aos diversos produtos que comercializa.

O estudo dos tipos de empresas inclui vários tópicos, a saber: os tipos de empresas segundo a origem do capital, segundo a forma de organização, segundo a finalidade da comercialização e segundo as outras atividades que possui.

Segundo a origem do capital deve-se distinguir aquelas formas por capitais locais, regionais e extra-regionais, bem como determinar a gênese do capital. Segundo a forma de organização, é necessário conhecer se as empresas possuem estabelecimentos únicos ou se, ao contrário, possuem uma rede hierarquizada ou não de compra. Deve-se também verificar os laços de dependência entre o comerciante local e aquele da grande cidade. Segundo a finalidade da comercialização deve-se verificar quais aquelas empresas que industrializam a produção — e onde se localizam as máquinas de beneficiar e de industrializar — e quais aquelas que exercem apenas uma função comercial, visando abastecer uma indústria, um mercado urbano ou à exportação. É questão também de se verificar o abastecimento urbano em produtos hortigranjeiros, produzidos, de modo geral, na periferia das grandes cidades. Finalmente, em relação às outras atividades que possui a empresa de comercialização ou o grupo financeiro a que pertence, trata-se de saber quais são estas atividades, onde se localizam e em que medida se relacionam com a comercialização — estações experimentais, fabricação de rações e adubos, armazéns, companhias de transportes e comércio de distribuição. Assim, no Sudoeste paranaense coexistem diferentes formas de comercialização da produção: através de atacadistas compradores e distribuidores (bodegueiros), através do Banco do Brasil, através de empresas industriais da região, através de agentes de compra de empresas industriais extra-regionais, estando a comercialização distribuída pelos numerosos centros.

### C) *Os Tipos de Centros de Comercialização*

Neste estudo deve-se verificar dois aspectos: inicialmente qual o conjunto do equipamento funcional ligado à comercialização que os centros possuem e, em seguida, verificar quais os fluxos decorrentes da comercialização.

Quanto ao primeiro caso deve-se fazer uma classificação dos centros urbanos, verificando os que possuem, em termos de bancos, armazéns e silos com as respectivas capacidades, escritório de compra e seu grau hierárquico quando parte de uma rede de compra, de facilidades de comunicações rápidas e à grande distância, etc.

Quanto aos fluxos decorrentes da comercialização, deve-se saber, para cada produto, a área de influência coletora das cidades e o volume comercializado

em cada centro. Tem-se observado que esta área de influência e o volume comprado em cada cidade pode variar muito segundo diferentes conjunturas, e que os dados, relativos a um ano, podem ser diferentes no ano seguinte como também os modos como são realizados êsses fluxos: à tração animal do local de produção para o pequeno centro, e daí para o grande centro, de caminhão ou de trem, bem como se deve saber quais as emprêsas que realizam êste transporte.

#### IV — *A Distribuição de Investimentos e Trabalho*

A drenagem da renda fundiária e de parte do valor da produção rural constituem formas de dominação da cidade sôbre a zona rural e cidades menores. Mas a cidade pode também irradiar benefícios para a sua periferia, através da distribuição de investimentos e trabalho — emprêsas cidadinas investem em atividades ou as estimulam em sua periferia, criando ou modificando as estruturas regionais.

Segundo JUILLARD, as marcas positivas da ação cidadina sôbre o campo seriam as seguintes: estímulo para o desenvolvimento agrícola, difusão da indústria no campo, extensão das zonas de residência peri-urbana; organização de zonas de recreação e de reservas naturais e promoção dos agricultores aos modos de vida compatíveis aos dos cidadãos. Mas, no conjunto do quadro regional essa atuação cidadina se traduziria, na melhor das hipóteses, na criação de setores homogêneos com atividades de produção especializadas, mas integradas funcionalmente numa rêde urbana hierarquizada a partir do centro de decisões de onde partiriam as iniciativas e os estímulos. Passamos, assim, à noção da região polarizada dos economistas e que não é desconhecida dos geógrafos.

Um estudo dessa natureza requer uma análise que se desdobra nas seguintes partes:

- A) Os Investimentos Realizados pela Cidade
- B) As Conseqüências dêsses Investimentos na Organização do Espaço Regional

##### A) *Os Investimentos Realizados pela Cidade*

Um estudo dessa natureza comporta os seguintes tópicos:

- a) distribuição espacial dos investimentos segundo as atividades
- b) os tipos de investidores

No primeiro caso trata-se de se verificar onde as cidades têm investido seus capitais: se na própria cidade; se na sua periferia imediata; se num setor de sua região ou se extra-regionalmente, levando-se em consideração, para cada local, qual o investimento realizado na agricultura, pecuária, infra-estrutura viária, em atividades terciárias ou industriais. Após êsse contacto global e espacial, ter-se-á uma idéia do papel dirigente de cada cidade. Existem cidades cujas emprêsas investem em setores regionais na agropecuária, enquanto outras têm suas emprêsas investindo na indústria têxtil em tôda a sua região, e outras, ao contrário, não investem capitais fora da cidade. Inversamente, saber-se-á que atividades são controladas pelas comunidades locais da região.

No segundo caso deve-se analisar os tipos de investidores — governo federal, estadual ou municipal, emprêsas ligadas ao comércio ou à indústria, emprêsas bancárias ou de investimentos locais, regionais ou extra-regionais, procurando-se saber a origem do capital e as outras atividades do grupo investidor. Assim, na região do Sudoeste paranaense, um grupo de comerciantes, industriais e profissionais liberais de Pato Branco, com a ajuda do governo estadual, formaram

uma empresa industrial da qual participam colonos que irão produzir e fornecer soja para a indústria de óleos vegetais localizada na periferia da cidade.

### B) *As Conseqüências desses Investimentos na Organização do Espaço Regional*

Inicialmente deve-se distinguir as conseqüências resultantes de uma atuação direta — implantação de estabelecimentos na região — e aquelas resultantes de uma atuação indireta — implantação de estabelecimentos na própria cidade, e cujas conseqüências podem aparentemente passar despercebidas, e não serem da mesma amplitude. Mas, de um modo geral deve-se procurar verificar as seguintes conseqüências:

- a) criação e desenvolvimento de novas atividades de produção
- b) modificação das estruturas sociais da região
- c) maior integração funcional da região com a cidade

As conseqüências dessa ação irradiadora das cidades podem-se traduzir na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção industrial ou agro-pastoril, dentro de um sistema de produção evoluído. Deve-se, portanto, conhecer estas atividades, ressaltando-se os seus aspectos inovadores e observando-se como êles se integram ou se transformam em agentes de modificação em relação ao conjunto das atividades pré-existentes. É necessário também verificar-se as modificações na estrutura social da área onde foram implantados os estabelecimentos de produção dependentes de decisões externas, citadinas — transformação de pequenos proprietários estagnados economicamente em proprietários com melhor nível de vida; de assalariados rurais, subempregados em operários industriais; melhoria das condições de vida em função da criação de novos empregos, permitindo uma complementação da renda dentro do quadro familiar; ampliação do mercado consumidor, etc.

Finalmente deve-se verificar como essa ação irradiadora da cidade tem-se refletido numa maior integração funcional da região com a cidade. A integração é um aspecto da vida de relações e esta é realizada sobretudo pelas atividades terciárias. Assim, é preciso examinar quais os fluxos que expressam a vida de relações — fluxos telefônicos relacionados a encomendas e ordens, fluxos de pessoas, de mercadorias e de capitais — e quais as unidades funcionais que as realizam — bancos, companhias de transporte, serviços diversos e estabelecimentos de distribuição de produtos industriais. Passamos assim ao último dos tipos de relações entre cidade e região: a distribuição de bens e serviços.

### V — *A Distribuição de Bens e Serviços*

Além da distribuição de investimentos e trabalho, a cidade irradia para a sua região bens e serviços. Um centro urbano poderá desempenhar um pequeno papel, ou mesmo nenhum, na atração de população, na drenagem da renda fundiária, na comercialização dos produtos da economia rural e na distribuição de investimentos e trabalhos. Terá entretanto, uma função de distribuição de bens e serviços para justificar a sua existência, ou então será um núcleo monoindustrial de onde partem e se concentram fluxos especializados. Assim, a distribuição de bens e serviços é uma função comum e característica dos centros urbanos, e por isso mesmo os estudos dessa natureza são os mais desenvolvidos, tendo sido mesmo elaboradas teorias sobre a questão. Existem trabalhos que analisam a vasta bibliografia do tema, como aquêles de BERRY e PRED<sup>3</sup>, de BONETTI<sup>2</sup> e de CLAVAL<sup>6</sup>.

Deve-se separar para efeito de estudos a distribuição de bens, aqui entendidos como produtos industriais, e a distribuição de serviços, mas posteriormente deverão ser analisados em conjunto.

#### *A Distribuição de Produtos Industriais*

Uma análise sobre a distribuição de produtos industriais pelas cidades, comporta em essência, segundo DUGRAND, os seguintes aspectos:

- A) Os Tipos de Transações Comerciais
- B) A Estrutura das Empresas
- C) Os Tipos de Centros de Distribuição

Vejamos em separado cada um desses aspectos:

##### *A) Os Tipos de Transações Comerciais*

Em relação aos tipos de transações trata-se de pesquisar como são realizadas. As transações podem ser analisadas segundo cinco óticas diferentes: organização, forma, finalidade, freqüência, e tipo social do consumidor.

Segundo a organização das transações comerciais deve-se saber se estas são realizadas a varejo, a atacado, através de representantes, e outros possíveis modos de organização, que incluirá certamente aquele do atacadista comprador—varejista distribuidor. Segundo a forma das transações deve-se verificar se estas são realizadas a dinheiro no ato da compra, a crédito, através de títulos bancários e como se processa esse pagamento. Segundo a finalidade da transação deve-se saber se os produtos se destinam ao consumo da população ou às atividades de produção — máquinas, rações e adubos etc. Em relação à freqüência, deve-se analisar a periodicidade, segundo cada produto industrial, em que é distribuído — diariamente, semanalmente, mensalmente, semestralmente etc., havendo para cada produto uma determinada freqüência de consumo. Finalmente, convém saber quais são os tipos sociais de consumidores — proprietários rurais, operários, etc.

##### *B) A Estrutura das Empresas*

Sobre a estrutura das empresas deve-se pesquisar dois aspectos relativos à implantação do equipamento comercial e aos tipos de empresas.

Em relação à implantação do equipamento comercial trata-se de se saber a época da implantação do aparelho comercial na região e a evolução de seus negócios no tempo, no espaço e segundo os diferentes produtos de distribuição.

O estudo dos tipos de empresas inclui vários tópicos, a saber: os tipos de empresa segundo a origem do capital, segundo a forma de organização, e segundo as outras atividades que possui.

Segundo a origem do capital deve-se separar aquelas formadas por capitais locais, regionais e extra-regionais, bem como saber, a gênese do capital, no caso de empresas locais e regionais. Segundo a forma de organização, deve-se saber se as empresas possuem estabelecimentos únicos, ou se, contrário, possuem uma rede hierarquizada de distribuição, devendo-se também verificar os laços de dependência entre o comerciante local e aquele da grande cidade. Finalmente, em relação às outras atividades que possui empresa ou o grupo financeiro que a controla, trata-se de se pesquisar quais são estas atividades e onde estão localizadas, e em que medida se relacionam com a distribuição — indústria, empresa de transportes, bancos e companhias de seguros, companhia de publicidade, etc. Deve-se também verificar qual o papel exercido pelo comerciante distribuidor na vida local e regional.

### C) *Os Tipos de Centros de Distribuição*

Inicialmente deve-se verificar qual o conjunto do equipamento funcional ligado à distribuição que os centros possuem e, em seguida, quais os fluxos decorrentes da distribuição.

Quanto ao equipamento funcional das cidades deve-se fazer uma classificação dos centros em termos de unidades funcionais que possuem, da seguinte forma:

Centro n.º 1 — unidades funcionais A, B, C, D, E, F

Centro n.º 2 — unidades funcionais A, B, C, D

Centro n.º 3 — unidades funcionais A, B

Quanto aos fluxos decorrentes da distribuição deve-se verificar para cada cidade qual a área de influência segundo os diferentes produtos que distribui, como também os modos como se verificam êsses fluxos (distribuição em caminhões da empresa distribuidora, o comerciante tem viajante ou o cliente se desloca pessoalmente para se abastecer, etc.)

### *A Distribuição de Serviços*

Uma análise sobre a distribuição de serviços deve abordar, segundo DUGRAND, os seguintes aspectos:

- A — Os Serviços Administrativos e Sociais
- B — Os Serviços Ligados ao Lazer e ao Turismo
- C — Os Serviços Ligados aos Capitais
- D — Os Tipos de Centros de Serviços

Vejamos cada um dos aspectos mencionados:

#### *A) Os Serviços Administrativos e Sociais*

Em relação aos serviços administrativos deve-se verificar o papel das cidades como centros de serviços administrativos: capital, sede de município, de distrito, sede de comarca, etc., levando-se em consideração a época de sua implantação, a competência de cada um e a sua área atribuída.

Em relação aos serviços sociais deve-se analisar cada um em separado — serviços de educação, de saúde, serviços profissionais de advogados e engenheiros, serviços de comunicações, divulgação e diversão. Para cada um desses serviços deve-se analisar os seguintes tópicos:

- a) a implantação do serviço
- b) os tipos de empresas e os empresários
- c) as relações com as atividades de produção e com o consumo

Trata-se inicialmente de verificar a época de implantação de cada serviço na região, e em seguida, de se saber que tipos de empresas e empresários realizam e comandam a distribuição desses serviços — entidades privadas ou governamentais, associações de classe, organizações religiosas, pessoas ligadas por laços familiares aos proprietários rurais, empresas locais, regionais ou extra-regionais que possuem ou não uma cadeia de estabelecimentos de prestação de serviços, etc. — bem como deve-se pesquisar o papel desempenhado por êsses empresários na vida local e regional.

Finalmente deve-se também verificar que relações existem entre os serviços e as atividades de produção e o consumo — divulgação de produtos regionais, formação de quadros técnicos, etc.

#### B) *Os Serviços Ligados ao Lazer e ao Turismo*

O lazer e o turismo constituem aspectos da vida de relações e devem, por isso ser analisados. É mister conhecer as instituições dedicadas a essas atividades, sua localização espacial, as empresas que prestam esses serviços e as relações dessas atividades com o conjunto das atividades citadinas e rurais — clubes urbanos freqüentados pelos agricultores da região e rede hoteleira para turismo. É necessário separar aqueles hotéis freqüentados por viajantes e que exprimem a vida de relações ligadas ao comércio de distribuição, etc.

#### C) *Os Serviços Ligados aos Capitais*

Em função das necessidades das atividades de produção e comerciais, surgem serviços ligados aos capitais — bancos, companhias de investimentos e companhias de seguros. Trata-se de verificar, como já ocorreu no caso dos serviços sociais, os seguintes aspectos: a implantação do serviço, os tipos de empresas e os empresários e as relações com as atividades de produção (financiamento para a indústria, custeio de entre-saíra) e com o consumo (créditos para o comércio e particulares) e, ainda, os tipos de seguros realizados. Mas no caso das atividades bancárias é necessário verificar o balanço global da ação bancária — distribuição maciça de créditos ou retirada de capitais para fora da região.

#### D) *Os Tipos de Centros de Serviços*

Em primeiro lugar deve-se verificar qual o conjunto do equipamento funcional de serviços que os centros possuem, e após, quais os fluxos decorrentes da distribuição desses serviços.

Quanto ao equipamento funcional das cidades deve-se fazer uma classificação dos centros em termos de unidades funcionais que possuem, segundo cada tipo de serviço, do seguinte modo:

Centro n.º 1 — unidades funcionais A, B, C, D, E, F

Centro n.º 2 — unidades funcionais, A, B, C, D

Centro n.º 3 — unidades funcionais, A, B,

e em seguida uma classificação geral dos centros segundo os serviços que possuem.

Quanto aos fluxos decorrentes da distribuição deve-se verificar para cada cidade, qual a área de influência de cada serviço, como também os modos como se verificam esses fluxos.

### *A Hierarquia Urbana*

Através da distribuição de bens e serviços, é possível estabelecer uma hierarquia de cidades, pois os bens e serviços não só se apresentam com diferentes naturezas, mas também são utilizados com freqüência variável, segundo os padrões de consumo de cada sociedade. A hierarquia urbana é um reflexo, em última análise, do equipamento funcional geral que os centros possuem — os centros de menor hierarquia distribuem bens e serviços de uso corrente, os de hierarquia seguinte, além destes, bens e serviços de uso menos freqüentes, os de hierarquia superior, contam ainda com bens e serviços raros, e o de mais alta

hierarquia, com os bens e serviços altamente especializados — veja-se a teoria de CHRISTALLER, no trabalho de BERRY.

Num estudo dessa natureza deve-se saber:

- A) O Grau de Raridade de Cada Bem e Serviço
- B) A Área de Influência de Cada Bem e Serviço
- C) A Classificação Hierárquica dos Centros Urbanos

Vejamos em separado cada um desses aspectos:

A) *O Grau de Raridade de Cada Bem e Serviço*

Trata-se neste caso de se saber qual o tipo de localização de cada bem e serviço — uns se localizam em todos os centros urbanos, outros em médias cidades, outros em grandes cidades e outros apenas em uma ou outra cidade.

B) *A Área de Influência de Cada Bem e Serviço*

É necessário saber para cada bem e serviço, qual a área de influência que suporta (um raio de 10 km, de 25 ou de 100 quilômetros), até aqueles que são distribuídos, a partir de um único centro, para todo o país.

C) *A Classificação Hierárquica dos Centros*

Finalmente, deve-se classificar os centros de distribuição de bens e serviços, segundo o equipamento funcional que possuem. Trata-se também de verificar quais as respectivas áreas de influência, e quais os mercados consumidores que gravitam em torno de cada centro.

Assim, a hierarquia urbana é a expressão final das relações entre cidade e região, no que diz respeito à distribuição de bens e serviços.

#### *Considerações Finais*

Eis uma longa tarefa a ser realizada. Permitirá, contudo, entender o funcionamento da vida regional das diferentes porções do espaço, através das relações estabelecidas entre as duas formas principais de organização do espaço pelo homem, a cidade e o campo, integrados num espaço que se define e se caracteriza por aspectos que lhe são próprios, a região.

A guisa de sugestão, indicaremos algumas áreas do Brasil que, pelas suas peculiaridades mereceriam um estudo dessa natureza:

- a) *Campanha Gaúcha* — zona de criação de gado
- b) *Zona de Caxias do Sul e arredores* — zona colonial antiga com atividade industrial importante
- c) *Zona de Santa Rosa* — zona colonial recente sem atividade industrial importante
- d) *Norte do Paraná ou Oeste paulista* — zona de ocupação recente com policultura comercial e gado
- e) *Zona de Campinas* — zona industrial com atividade agrícola variada
- f) *Zona da Mata mineira* — zona agro-pastoril antiga
- g) *Zona do Cacau* — zona de cultura de exportação
- h) *Chapada Diamantina* — zona de pecuária tradicional e sem modernização
- i) *Agreste pernambucano* — zona de policultura tradicional e criação de gado nordestino
- j) *Oeste do Maranhão* — zona pioneira atual na orla da Amazônia
- l) *Médio Amazonas* — zona de produção agro-pastoril
- m) *Zona de Brasília* — zona agro-pastoril do Centro-Oeste

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) AUGÉ-LARIBÉ, M. — Apport des Campagnes dans le développement des industries et insuffisance de l'enseignement rural, in, *Villes et Campagnes*, pp. 92-94
- 2) BERRY, B. E PRED, A. — *Central Places Studies — A Bibliography of Theory and Applications*. Regional Science Research Institute, 153 pp. mais 50 pp. sup., 1965.
- 3) BONETTI, E. — La Teoria delle località centrali. *Instituto di Geografia* n.º 6. Universidade de Trieste, 108, pp., 1963.
- 4) CHARRIER, J.B. — *Citadins et Ruraux*. Coleção "Quesais-je n.º 1 107. P.U.F., 1964.
- 5) CHATELAIN, A. Les migrations temporaires, sources de contacts des civilisations urbaine et rurale, in *Villes et Campagnes*, pp. 48-51
- 6) CLAVAL, P. — Chronique de géographie économique: la théorie des lieux centraux. *Revue Géographique de L'Est*, tomo VI, n.º 1 e 2, pp. 131-152, 1966.
- 7) DUGRAND, R. — *Villes et Campagnes en Bas-Languedoc*. P. U. F., 638 pp, 1963.
- 8) DUGRAND, R. — La propriété foncière des citadins en Bas-Languedoc. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, 1956 n.ºs 259-260, pp. 131-145.
- 9) FRIEDMANN, G. — *Villes et Campagnes. Civilisation Urbaine et Civilisation Rurale en France*. Centre D'Études Sociologiques (CNRS). Librairie Armand Colin, 473 pp, 1953.
- 10) GEORGE, P. — *Précis de Géographie Urbaine*. P. U. F. 238 pp, 1964.
- 11) GEORGE, P. — Méthode et problèmes Soulevés, in *Villes et Campagnes*, pp. 179-185
- 12) JUILLARD, E. — L'urbanisation des Campagnes en Europe Occidentale. *Études Rurales*. 1961, n.º 1, pp. 18-33.
- 13) JUILLARD, E. — *Les Relations Ville-Campagne*. Sumário das Lições do 1.º Seminário Internacional de Geografia. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1967, mimeografado.
- 14) LABASSE, J. — *Les Capitaux et la Région*. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1958, 345, pp.
- 15) LAFERRÈRE, M. — Commentaire d'une carte des migrations alternantes journalières des salariés dans la région lyonnaise, in *Problems of Economic Region. Geographical Studies* n.º 27, Polish Academy of Sciences. 1961, pp. 223-231
- 16) LASSERRE, G. — *Libreville, la Ville et sa Région* Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1958, 345 pp.
- 17) ZINCK, A. Chronique de Géographie allemande. La Géographie sociale à l'Institut de Géographie de la Technische Hochschule de Munich — *Revue Géographique de l'Est* tomo III, n.º 4, pp. 419-428, 1963.